

Não somos estrangeiros - somos todos registradores brasileiros!

A postagem do domingo [[Registro do Futuro – Xenofobia](#)] rendeu alguns comentários críticos.

A atividade crítica é boa e favorece o diálogo. Resolvi externar a opinião crítica omitindo, naturalmente, os autores. Interessa-nos o teor do comentário, não a exposição dos colegas. Aqui vão as interpelações e as respostas.

Sou um Registrador de fora de SP. Desculpe-me opinar, mas se o IRIB congrega registradores de todo o Brasil, penso que a sede deve ser em Brasília, como ocorre na maioria das associações de classe. Ademais, os embates e tentativas de sucateamento da carreira ocorrem no Congresso Nacional e não em SP. A ausência de uma sede em Brasília dificultaria a nossa articulação política. É mera opinião. Se pretende congrega e unir os registradores de todos Estados, numa tentativa de fortalecimento da carreira, penso que a compra da sede em Brasília seja imprescindível para este mister.

O problema é definição do foco na atuação política. Que devemos atuar firmemente em BSB para a defesa dos nossos interesses é algo fora de dúvida. Mas como isso se dará? Com a mudança da diretoria para Brasília? Deveremos profissionalizar uma diretoria executiva, contratando profissionais escolhidos no mercado e instalando toda uma infraestrutura para a execução das rotinas e tarefas administrativas e políticas? Quanto isso vai custar? Não será possível abordar inteligentemente o problema da atuação política em Brasília sem a compra de um imóvel?

A instalação de uma sede (ou escritório de representação) em Brasília pode eventualmente ser deliberada, mas a deliberação da compra de um imóvel é coisa muito distinta.

Nos momentos cruciais da atividade (votação da constituinte, antes mesmo, o tema do pacote de abril, que estatizava os cartórios e outros) a sede nunca deixou de ser em SP mas a atuação em Brasília foi firme, contínua, eficaz. Que nos sirva de exemplo, agora mesmo, a coordenação política para enfrentar a PEC 411 (que fixa o teto para a nossa categoria). A afluência de colegas registradores e notários a BSB não necessitou de uma sede própria especial para a representação de cada especialidade. A AnoregBR tem servido muito bem para isso.

Um bom exemplo nos vem do RS – aliás lembrado pelos próprios colegas gaúchos. Ali unificaram-se todas as especialidades em uma sede única, com as respectivas estruturas, funcionários, secretarias, separados em suas salas, todos atendendo em um único local (Colégio Registral, Sindicato, ARPEN, IRTDPJ, Escola, etc.). Como foi dito, “há outras alternativas muito mais atraentes, baratas e que podem agregar força nessa hora delicada, de manutenção de atividade permanente e contínua em Brasília, sem aquisição de sede própria”.

Por fim, lembremo-nos que as mais importantes associações de classe têm sede em SP mas não deixam de manter escritórios de representação em BSB. Alguns exemplos impressionantes: FEBRABAN, ABECIP, etc.

Sobre a questão da sede em Brasília, consulte bem os colegas. Existe, sim, a questão dos custos menores em SP, mas se há uma resistência nesse momento às associações paulistas, e não acontece apenas no IRIB, sugiro tato nessa questão. Deve-se explicitar que haverá espaço amplo para participação de todos os estados. E, principalmente, os benefícios serão para todos.

A resistência aos paulistas é um típico fenômeno de *post truth*, fabricado e diligentemente cultivado por todos aqueles que visam tirar proveito político do fato. O IRIB não é paulista. Nasceu em SP especialmente para congregar registradores de **todo o Brasil**. Já escrevi sobre isso. Fosse para fortalecer a classe registral paulista e ficaríamos todos na antiga ASJESP, entidade criada em 1939 e que congregava os serventuários de São Paulo. A história da criação do IRIB traz elementos que afastam claramente essa pecha.

É claro que devemos promover uma ampla consulta aos colegas. Isto não foi feito. Os prós e contras devem ser apresentados de modo leal e realista.

Não se deve esquecer que no Conselho Deliberativo de nossa chapa há representantes de todo o país. É nosso compromisso criar um arco deliberativo em que todas as questões de interesse da categoria sejam amplamente debatidas e aprofundadas.

Nada se decidirá sem o referendo de toda a classe.

SJ